

# “EDUCAÇÃO DOMÉSTICA” E REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL\*

Diana Gonçalves Vidal  
Faculdade de Educação da USP

---

## RESUMO

A partir da análise do conteúdo programático da disciplina “Educação Doméstica”, implementada no ensino primário do Distrito Federal, em 1928, pela Reforma Fernando de Azevedo da Instrução Pública, o artigo pretende discutir como os educadores, que se autodenominavam *novos*, percebiam o papel da mulher: mãe, esposa e professora, na sociedade da época. Confrontando os programas disciplinares do ensino primário, diferentes para alunos e alunas, e do ensino normal, dispõe-se, também, a perceber como a reforma constituía seu ideal de mulher, apoiada em signos do espaço doméstico, e acentuava, na escola, as distinções de gênero.

EDUCAÇÃO DOMÉSTICA — HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO — REFORMA FERNANDO DE AZEVEDO — DISTRITO FEDERAL/1928

## ABSTRACT

“DOMESTICS EDUCATION” AND THE PUBLIC INSTRUCTION REFORM IN THE FEDERAL DISTRICT (1928-1930). Based on the analysis of the programmatic content of the subject “Domestic Education”, implemented by the Reform of Public Education Fernando de Azevedo in elementary education in the Federal District in 1928 the article aims to discuss how the educators, who called themselves *novos*, perceived the role of women: mother, wife and teacher in the society of the time. Comparing elementary education programs, different for male and female students and teaching in the normal schools, it is also disposed to perceive how the reform constituted its idea of women, supported in symbols of domestic space and accentuated gender differences in schooling.

---

\* Texto apresentado como comunicação no II Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana, realizado pela Faculdade de Educação/UNICAMP, de 11 a 15 de setembro de 1994.

Numa casinha branca, lá no sítio do Picapau Amarelo, mora uma velha de mais de sessenta anos. Chama-se Dona Benta. Quem passa pela estrada e a vê na varanda, de cestinha de costura no colo e óculos de couro na ponta do nariz, segue seu caminho pensando: — Que tristeza viver tão sozinha neste deserto...

Mas engana-se. Dona Benta é a mais feliz das vovós, porque vive em companhia da mais encantadora das netas — Lúcia (...).

Na casa ainda existem duas pessoas — tia Nastácia, negra de estimação que carregou Lúcia em pequena, e Emília, uma boneca de pano bastante desajeitada de corpo. Emília foi feita por tia Nastácia, com olhos de retrós preto e sobranceiras tão lá em cima que é ver uma bruxa.

(Monteiro Lobato, *Reinações de Narizinho*.)

O texto, reproduzido na epígrafe, traduzia a íntima relação entre o universo feminino e a atividade de costura na representação do doméstico dos anos 1920. Nas linhas iniciais de *Reinações de Narizinho*, escrito e publicado entre 1921 e 1922, Monteiro Lobato, com a intenção de retratar uma cena cotidiana da casa, recorria duas vezes à imagem da mulher trabalhando com agulhas, em apenas três parágrafos. A cesta de costura e a boneca de pano feita a mão pareciam signos necessários à construção da idéia de lar. A representação do doméstico, invocada por Lobato, não se distanciava da de seus contemporâneos. Outras manifestações apontavam para a produção de uma identidade feminina relacionada ao espaço doméstico e à habilidade manual.

O projeto de lei da reforma da Instrução Pública do Distrito Federal, elaborado por um grupo de educadores, autoconcebidos como introdutores de um novo ideal educativo no Brasil, em 1927, criava como disciplina restrita ao corpo docente e discente feminino, do ensino primário, *Educação Doméstica*, instituindo, dessa forma, normas válidas para o comportamento social de alunas e professoras. O texto legal, codificando as relações de poder entre a diretoria-geral, as diretorias escolares e demais membros da hierarquia educacional, atribuía posições a alunas e professoras no contexto da escola e do lar, apoiadas em referências ao campo teórico da *Escola Nova*, de acordo com a fala desses educadores.

Investigar a normatização do curso primário do Distrito Federal, atentando para as disposições dirigidas a definir o lugar do ensino feminino nas escolas cariocas, poderia trazer informações sobre o imaginário de mulher na década<sup>1</sup> de 1920. A disciplina *Educação Doméstica*, distintiva de gênero nas relações educativas, denotava uma concepção de feminino diretamente ligada à esfera do lar, esboçando a interna relação entre o espaço da casa e o espaço de atuação social da mulher. Ao rastrear, no passado educacional brasileiro, pistas sobre como essa representação social de mulher foi historicamente construída para o ensino público primário, percebemos que a educação doméstica estava intrinsecamente relacionada à formação elementar feminina.

A primeira regulamentação das escolas públicas primárias, assinada em 15 de outubro de 1827, por D. Pedro I, facultava, no art. 11, a criação de “escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os presidentes, em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento”, fixando como normas as seguintes disposições:

Art. 12 — As mestras, além do declarado no art. 6, com exclusão das noções de geometria, e limitando a instrução aritmética só às suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem a economia doméstica; e serão nomeadas pelos presidentes, em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na forma do art. 7. [Exames públicos perante os presidentes, em Conselho.] (Escobar, 1933. p.163; grifos meus.)

Para um ensino de primeiras letras diferenciado pelo gênero, uma capacitação para o magistério também diversa. Enquanto as primeiras Escolas Normais eram instaladas, nas décadas de 1830 e 1840, para capacitar rapazes ao exercício docente, em São Paulo, por exemplo,

as professoras eram tiradas do Seminário das Educandas. A órfã, completando 18 anos e não se casando ou não se empregando como criada, seria provida na primeira cadeira de primeiras letras para o ensino de meninas que se vagasse na Província, independente de exame estabelecido por lei para tais provimentos, diz o Rg. de 7 de janeiro de 1845. (Idem, p.166; grifos meus.)

Tanto na legislação do Império, quanto na interpretação provincial, bastava à mulher deter qualidades morais — honestidade e formação cristã — para dedicar-se ao magistério. Nenhuma outra instrução de caráter técnico era solicitada. Ademais, o ensino feminino de primeiras letras não incluía informações aritméticas superiores às quatro operações e desconhecia o aprendizado da geometria, habilidades, essas sim, que mereciam uma formação especializada, segundo o discurso da época. As professoras reproduziam na escola os conhecimentos adquiridos na vida prática.

No decreto 1.331A, de 17 de fevereiro de 1854, reforma do ensino da Capital do Império, em que se criou o ensino primário de segundo grau, esclarecia-se o que o Governo Central entendia por uma das faces de “prendas que servem a economia doméstica”: “Nas escolas para o sexo feminino, além dos objetivos da primeira parte do Art. 47, se ensinarão bor-

1 “Os historiadores devem antes de tudo examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas.” (Scott, 1990)

dados e trabalhos de agulha mais necessários.” (Idem; grifos meus.)

As escolas femininas, assim, serviam para a produção de determinadas habilidades manuais com o intuito de facilitar a entrada das alunas das classes populares no mercado de trabalho, facultando-lhes uma profissão coerente com o que se concebia como “atividades relacionadas à natureza da mulher”, sempre atinentes ao serviço doméstico: fosse na qualidade de esposa e mãe, preocupada em tecer para a família; na de criada, ocupada em bem servir seus patrões; ou, ainda, na de trabalhadora da indústria têxtil, revivendo, na fábrica, os costumes adquiridos no interior dos lares<sup>2</sup>. Essas disciplinas revelavam, na menina, a expectativa de sua atuação social futura como mulher.

A reforma da Instrução Pública do Distrito Federal, implantada por Fernando de Azevedo, novamente colocava o papel fundamental da educação doméstica como diferenciador de gênero na escola pública primária. O contexto era outro. Estava-se na República. Cobia a professoras a escolarização tanto de meninas quanto de meninos. No entanto, a escola mantinha a função distintiva do ensino. Permanecia atribuindo a moças e rapazes diferentes papéis sociais e reforçando, no caso feminino, um prolongamento das atividades do lar na escola e vice-versa<sup>3</sup>.

O decreto 3.281, de 23 de janeiro de 1928, obrigando a frequência escolar a todas as crianças de 7 a 12 anos de idade (art. 45), assim definia o ensino público primário: “Art.40 - A escola primária será de tipo único, uniforme nas suas bases humanas e nacionais, e adaptada a rigor à realidade social” (*A Instrução*, 1927). No artigo 40, afirmava-se a igualdade do ensino de primeiras letras, no entanto, a título de estimular, na criança, a vocação profissional, assim se exprimia a lei: “Art. 44 - A escola primária é de 5 anos, dos quais o 5º constituirá um curso pré-vocacional, técnico elementar, de ensino agrícola ou agrícola-doméstico na zona rural e industrial ou doméstico-industrial na zona urbana” (Idem.) Aqui, a primeira pista de que o ensino era diferenciado por gênero.

Ao investigar os programas fixados para o ensino elementar, a constatação de que a diferença sexual se ampliava para os cinco anos de escolaridade, não se atendo, como se poderia inferir do texto legal, ao quinto ano. Durante todo o primário a menina convivia com os estudos de *Educação Doméstica*<sup>4</sup>.

No prefácio a *Programas para as escolas primárias*, Distrito Federal (1929a)<sup>5</sup>, Fernando de Azevedo, em comissão com Paulo Maranhão, Everardo Backheuser, Celina Padilha, Maria dos Reis Campos, Afonsina das Chagas Rosa e Alcina Moreira de Souza, elucidava os objetivos do ensino primário de acordo com os ditames da *Escola Nova*.

A escola primária ao ser concebida como escola do trabalho e escola-comunidade (Azevedo, 1930), tendo o labor como meio e objeto, e a sociedade como fim, deveria espelhar no seu ensino, no que diz respeito ao rol das disciplinas, tal caracterização. Para tanto, além de elencar matérias, a comissão preocupou-se em agrupá-las em áreas, cujos títulos expres-

- 2 Data de 1814 a primeira informação de funcionamento de fábrica de tecidos no Brasil, localizada em Ouro Preto, MG. Em 1840, foram fundadas as duas primeiras grandes empresas têxteis: a Santo Aleixo, no Rio de Janeiro, e a Todos os Santos, na Bahia, que foi o primeiro centro da indústria têxtil brasileira (Gama, s.d., p.43-5). A história da indústria têxtil, no Brasil, está diretamente ligada à população feminina. Caio Prado Júnior, ao analisar o período colonial, informa: “Esta pequena indústria doméstica, entregue a escravos mais hábeis, ou às mulheres da casa — como a fiação, tecelagem ou costura, — (...) tem seu papel na vida da colônia...” (Prado Jr., 1981. p.220). Uma tradição que se estendeu ao Império e à República. De acordo com dados do recenseamento por profissões realizado em 1872, de um total de 9.930.478 profissionais inventariados, 506.450 eram “costureiras”, enquanto 151.133 era operários “em tecidos”, “tinturaria” e “vestuário”. (Não há classificação por sexo, apenas o termo genérico no masculino: operários.) Percebe-se que o número de costureiras — e, aqui, o termo no feminino indica o gênero — era três vezes superior ao segundo indicador do ramo têxtil. O censo informava, ainda, que, do total geral, 4.172.114 pessoas não detinham profissão. Assim, aproximadamente 10% dos profissionais inventariados eram mulheres dedicadas aos “trabalhos de agulha”. Um último indicador: em “serviço doméstico” encontravam-se 1.045.615 profissionais — sem determinação de sexo. Aproximadamente 20% da força de trabalho inventariada (Holanda, 1982. p.302).
- 3 Alertas: um, como, neste trabalho, estou interessada tão-somente em analisar a diferenciação por gênero no ensino elementar, abordarei apenas as questões tocantes ao primário e normal. Não me estenderei sobre outros campos, apesar de que a reforma Azevedo se preocupou, também, em normatizar o Ensino Técnico Profissional Feminino (Parte IV) e o Ensino Doméstico de nível secundário (Parte V); dois, a reforma dirigia-se ao ensino público, o que significa dizer, visava a uma população proveniente das classes médias e populares, no curso elementar, e, majoritariamente, médias, no curso normal.
- 4 Novamente, em 1933, Fernando de Azevedo seria responsável pela execução de outra reforma da instrução pública, nesse momento, do Estado de São Paulo. Lendo o *Código de Educação*, é interessante perceber os pontos de contato e de afastamento dos dois textos legais. No que tange ao tema deste trabalho, valeria ressaltar que, na Parte IV, “Da Educação Profissional”, o título VII, “Das escolas domésticas”, reproduz quase literalmente a redação do Parte V, “Do ensino doméstico”, da reforma carioca. Quanto às diretrizes fixadas para o ensino primário, o Código de 1933 inovava ao criar as *escolas profissionais primárias*, para crianças maiores de 12 anos. A organização da escola primária também subtraía elementos da lei de 1928. Mantinha o ensino de 5 anos para os grupos escolares, explicitando que o último ano teria caráter pré-vocacional. Entretanto, retirava do quadro de matérias Educação Doméstica, acrescentando Instrução Cívica. Esse era o plano da educação primária: “Leitura, linguagem oral e escrita, Aritmética e Geometria, Geografia, História do Brasil e Instrução Cívica, Ciências Físicas e Naturais, trabalhos manuais, desenho, caligrafia, canto e ginástica” (*Código*, 1933). Como as disposições para o ensino elementar não incluíam Educação Doméstica e o ensino primário profissionalizante se destinava apenas a crianças com idade superior a 12 anos, não me ocupei em cotejar detalhadamente, para o âmbito deste estudo, os dois textos legais.
- 5 Esse mesmo texto foi publicado pela revista *Escola Nova*, segunda fase da revista *Educação* (1930), órgão da Diretoria Geral de Instrução Pública de São Paulo, administração Lourenço Filho, com o título “Programas das Escolas do Distrito Federal”; e no *Boletim da Educação Pública* (1930), periódico criado pela reforma Azevedo para divulgação do pensamento reformador e dos fatos administrativos empreendidos pela diretoria-geral de Instrução Pública do Distrito Federal, sob o título “A escola nova e a reforma”.

savam os diferentes aspectos da educação de primeiras letras. Por princípio, todos os estudos partiriam da realidade concreta do aluno, paulatinamente alargando o campo de conhecimentos a regiões mais distantes ou conceitos mais abstratos.

Esse era o compêndio das disciplinas ministradas, ou no dizer escolanovista, *vivenciadas* em classe, nos cinco anos do ensino primário:

1. Disciplinas de observação: geografia e ciências físicas e naturais;
2. Disciplinas de expressão: linguagem, desenho e trabalhos manuais;
3. Disciplinas de iniciação à matemática: aritmética e geometria;
4. História pátria;
5. Educação social;
6. Educação higiênica: higiene e puericultura;
7. Educação doméstica.

O encaminhamento para futuros papéis sociais era percebido na disciplina Educação Doméstica. Assim, definia-se sua finalidade: "... inculcar no espírito das alunas o desejo de tornar o lar alegre e feliz, dentro dos recursos de que possa dispor a família". Interessante ressaltar que a disciplina era exposta como integrada às demais do programa. A fala da comissão revelava como o pensamento reformador concebia a educação feminina.

*Tal ensino terá estreita ligação com as demais matérias, mas especialmente com aritmética, que facilitará a aprendizagem da escrituração da receita e despesa da casa, com a geometria, que instruirá sobre avaliações e medidas, com a história natural e higiene, que fornecerão conhecimentos sobre alimentos, a casa e os objetos de uso doméstico, cultivo de plantas etc., com o desenho e os trabalhos manuais, que proporcionarão meios de dar à casa aspecto estético e agradável; e ainda com a educação moral e cívica, cujos ensinamentos são imprescindíveis.* (Distrito Federal, 1929a. p.54)

A reforma instrua meninas para administrar o lar e gerir a família.

O aprendizado doméstico se distribuía pelos cinco anos, nas seguintes atividades:

- 1º ano: *Arrumação da maleta de material escolar. Cuidados com objetos escolares e com os brinquedos. Acondicionamento da merenda. O uniforme — cuidados que exige. Limpeza de sapatos.*
- 2º ano: *Limpeza de ladrilhos e pavimentos. Modo de fazer a cama. Limpeza de pentes e escovas. Limpeza de móveis e de utensílios domésticos. Limpeza de metais.*
- 3º ano: *Modo de pôr a mesa para as refeições. Preparo de chá e de café. Preparo de saladas.*

*Limpeza e preparo de peixes. Limpeza e ornamentação da casa. Cuidado com as roupas — modo de dobrá-las. Processos de tirar as manchas. Passar a ferro.*

4º ano: *Criação de animais. Conservação do leite e da carne. Preparo da carne e do peixe. Preparo de alguns alimentos. Lavagem e engomado. Rol de roupa.*

5º ano: *Preparo de aves. Preparo de doces — receitas. Organização de cardápios. Preparo de dietas e de alimentos para crianças. Orçamentos — escrituração de despesas. Diário da dona da casa. Dar banho e vestir crianças. Desinfecções. Arranjo da cama da criança. Primeiros cuidados nos acidentes.*

As matérias do primeiro ano, apesar de discriminadas como atividades específicas do aprendizado feminino, eram também objeto de estudo e observação masculina. Sob a denominação de Educação Higiênica, eram ministrados aos meninos e meninas os tópicos "higiene da alimentação. Escolha de alimentos. Como mastigar e engolir, hábitos de temperança" e "higiene do vestuário". A partir do segundo ano, apesar de relacionadas a um mesmo tema, as duas disciplinas já não operavam de maneira a produzir os mesmos comportamentos. Por exemplo, constava como item de Educação Higiênica do quarto ano "o leite e seu papel segundo as idades — subnutrição". No mesmo ano, pedia-se que as meninas aprendessem normas de conservação do leite. Um conjunto discursivo próximo, enunciando diferentes saberes. Ao aluno competia conhecer as propriedades do leite, mas somente às alunas era solicitado o seu manuseio.

No quinto ano, Educação Higiênica seria substituída por Puericultura. O discurso científico que revestia o estudo do corpo do aluno, nesse momento, passava a abordar o desenvolvimento infantil. De maneira similar ao acontecido nos anos anteriores, a dimensão prática desse discurso era encontrada em Educação Doméstica. Refletia a posição de que cabia ao homem o conhecimento abstrato do domínio doméstico e à mulher o saber prático das tarefas diárias, respaldado pela ciência, única forma de permitir o desempenho *científico* das tarefas de mãe e esposa.

Para assegurar a normatização dos hábitos e a difusão dos novos princípios educativos, a diretoria geral investia na ação eficaz da mulher. Percebiam os reformadores a importância da ênfase no trabalho feminino, explicitada não apenas na elaboração da disciplina Educação Doméstica, mas nos discursos proferidos por educadores, em que a tarefa da mulher era elevada. Depositada sobre seus ombros estava a missão de servir de cimento às relações domésticas. Cabia a ela manter a integridade familiar. Era o amálgama das relações no lar, o centro coordenador da família, o elemento capaz de dissipar as tensões, harmonizando o espaço doméstico. Essa idealização da mulher estava presente nas falas dos educadores, da Igreja e de outras instituições da década de 20, des-

dobrando-se sobre os anos 30 e 40, sempre na perspectiva de que a produção do cidadão e a constituição da nacionalidade se alicerçavam sobre a função feminina no lar. A família, como instituição, no discurso da época, só poderia existir e cumprir integralmente seu papel social, na medida em que a mulher assumisse a sua vocação natural de progenitora e guardiã do lar. Nisso residia a grande importância do ensino diferenciado por gênero, direcionado para o desenvolvimento de habilidades domésticas, e, também, para a produção de uma ética feminina, moralizadora e disciplinadora do espaço doméstico. Dentre outras, essa questão sintetizava um apelo higiênico, na prevenção de doenças e da mortalidade infantil; político, no controle da sexualidade da criança e na inculcação de hábitos sadios — amor à Pátria e respeito ao Estado —; e econômico, no combate às formas de dissipação da capacidade de trabalho masculina — debilitação por alcoolismo, insônia (noites maldormidas, por causa de festas) e má alimentação, dentre outras.

Se a escola debruçava-se sobre a família, impondo-lhe novos condicionamentos, o lar projetava-se na sala de aula, na assunção de que educar era uma tarefa feminina.

*A mulher, que já constitui a quase totalidade do magistério primário, apoderando-se, por esta forma, dos postos de direção, alargou os seus domínios, na educação popular, para que a indicaram, como a uma função específica, as qualidades nativas com que a natureza as talhou para a maternidade.* (Azevedo, 1931. p.102)

Assim, para melhor compreender a concepção de educação feminina forjada pela reforma é imprescindível que nos voltemos para o Curso Normal, pois

*a ruptura de equilíbrio entre a organização das escolas normais e das escolas primárias, orientando-se em direções divergentes ou opostas, traria forçosamente, por parte dos alunos-mestres, absoluta incompreensão das necessidades das escolas primárias e incapacidade para resolvê-las.* (Azevedo, 1931. p.86)

Referendada pelo diretor-geral, deixou cair o olhar sobre o curso de formação de professoras.

O Curso Normal tinha duração de cinco anos, distribuídos em Curso Propedêutico (três anos) concentrando matérias que objetivavam fornecer às alunas uma cultura geral; e Curso Profissional, no qual as alunas-mestres entravam em contato com disciplinas específicas que as habilitariam a assumir o magistério primário. Esse era o compêndio de disciplinas:

1º ano: *Português, Francês, Inglês, Geografia, Aritmética e Álgebra, Trabalhos Manuais, Desenho, Educação Física, Trabalhos de Agulha.*

2º ano: *Português, Francês, Inglês, Geografia, História da Civilização, Geometria, Desenho.*

3º ano: *Literatura Vernácula, Inglês, História do Brasil, Física, Química, História Natural, Anatomia*

*e Fisiologia Humanas, Psicologia, Noções de Direito Público e Privado, Desenho, Trabalhos Manuais, Educação Física.*

Curso profissional: *Física, Química, Literatura Vernácula, História Natural, Psicologia Experimental, Pedagogia, Didática, Desenho, Educação Física.*

5º ano: *Sociologia, História da Educação, Higiene e Puericultura, Pedagogia, Didática, Desenho, Educação Física.* (Silveira, 1954. p.44)

Sobressaía como estritamente feminina a disciplina Trabalhos de Agulha<sup>6</sup>. Matéria exclusiva do período inicial de aprendizagem, com os seguintes tópicos:

*Bordado Richelieu, a ponto real, inglês, de aplicação sobre filó.*

*Filet — feitura da rede, serzido, cheio.*

*Macramê — ponto de jasmin, ponto de caçador.*

*Renda irlandesa diferentes pontos.*

*Confecção de peças para mobiliário e aposentos, com aplicação de pontos de bordado e rendas mencionados.* (Distrito Federal, 1929b. p.76)

Nenhum desses estudos, entretanto, qualificava a futura professora a lecionar a disciplina Educação Doméstica na escola primária — apenas a habilitava ao ensino de Trabalhos Manuais<sup>7</sup>. (E, assim mesmo, com restrições, pois, cotejando-se as atividades a serem desenvolvidas nas escolas primárias com o lecionado nas normais, percebe-se que muitos dos trabalhos de agulha pretendidos não tinham seu respectivo ensinamento no curso profissional. Era o caso, por exemplo, de “enxoval de recém-nascido”.) Nem recorrendo à Higiene e Puericultura, a professora instruída pela reforma encontraria os conhecimentos necessários para a

6 Essa disciplina já havia sido nobilitada com a criação da primeira Escola Normal Feminina da Corte, em 1880. O decreto 8.025, de 16 de março de 1881, fixava o quadro de matérias do ensino normal, dividindo-o em dois cursos: Ciências e Letras e Artes. Trabalhos de agulha era uma das disciplinas objeto de estudo em Artes. Ministrada nas segunda e terceira séries, compunha-se das seguintes atividades: corte e feitiço, marca e crochet; tricot, conserto de meias e de outros tecidos, bordados, tapeçarias e trabalhos de recreio (Silveira, 1954. p.14).

7 Trabalhos Manuais era lecionada durante todo o curso elementar, com a seguinte distribuição para as atividades estritamente femininas: 1º ano: “alinhavos de cor cobrindo contornos picotados em cartão ou pano”; 2º ano: “costura: alinhavinhos, bainha simples e de laçada; pregas, franzido, cerro. Aplicações em peças do vestuário e de adorno para a casa. Remendos. Pregador de botões, colchetes e pressões”; 3º ano: “costura: pesponto, caseado, cerzido, pregar rendas. Aplicações. Bordado: caseado, ponto de haste. Pontos de marca”; 4º ano: “costura: bainhas abertas com pontos vários e substituição de fios. Aplicação de todos os pontos aprendidos em peças do vestuário e de adorno da casa. Bordados: bordado inglês e Richelieu”; 5º ano: “costura: ampliação dos programas anteriores. Corte. Costura a máquina. Enxoval de recém-nascido. Bordados. Tricot. Aplicações” (Distrito Federal, 1929a. p.54 e ss.)

atividade docente de Educação Doméstica. Desautorizando o discurso de Azevedo, encontrar-se-ia a professora no hiato entre a qualificação recebida e a suficiente para atender ao programa fixado para o ensino elementar. Restar-lhe-ia buscar, no âmbito da experiência vivida, os elementos indispensáveis à consecução de sua tarefa, tanto no que diz respeito a Educação Doméstica, quanto a alguns tópicos de Trabalhos Manuais.

A reforma de 1928, ao reconhecer na professora a mulher, não percebia incompatibilidades entre a formação profissional e o exercício docente, porque concebia a escola como uma extensão do lar<sup>8</sup>. A prática doméstica era percebida como uma arte feminina. Assim, se para ministrar aulas de higiene ou puericultura deveria a mestra recorrer ao saber científico, ao preparar a menina para as futuras atividades de esposa e mãe, deveria voltar-se para sua própria vida, e socializar as alunas pelo mesmo processo segundo o qual ela foi socializada, tradição recebida de suas avós, recontada por sua mãe. Como se uma arte antiga integrasse todas as vivências individuais femininas, compondo uma prática homogênea, uma definição aistórica de mulher.

A reforma carioca foi exemplar. Deixando a escola ser invadida pela experiência doméstica, se apropriava de uma prática familiar e, ao mesmo tempo, era moldada por uma representação social do papel da mulher. Diferenciava o ensino por sexo, projetava na menina uma expectativa de mulher — mãe e esposa — e, a partir daí, profissional — na medida em que a encaminhava, pelo curso vocacional e pela disciplina de Trabalhos Manuais, para a escolha de uma

profissão *feminina*, preparando-a para a costura e o bordado. Ainda, no deslocamento para a esfera do público, a aceitação do magistério como atividade remunerada, porque seguia a mulher no

*exercício da sua tradicional influência na educação do homem (...). No lar e na escola "continuarão, por isto, as mulheres a formar a atmosfera moral, em que crescemos durante a infância, e a projetar sua influência em nossa vida de homens adulta"... (Azevedo, 1931)*

Assim, consagrava-se um padrão de mulher, que parecia renascer das tradições, solidificado socialmente, pois remetia a uma definição idealizada de feminino; ao mesmo tempo, produzia-se novo conceito de mulher, delegando-lhe o papel social de alicerce da família e, por conseqüência, do Estado. A nova mulher percebia-se como praticante de uma arte herdada da essência feminina, como Dona Benta que, "de cestinha de costura no colo e óculos de couro na ponta do nariz", simbolizava todas as avós brasileiras. Simultaneamente, atuava como reguladora *científica* das relações familiares, na medida em que incorporava saberes de higiene e puericultura ao seu fazer. Apesar de ocupar outra posição social, a mulher, modelada pela reforma, no discurso da época, "atendia a um apelo da natureza" ao desempenhar suas novas funções.

8 "... se a educação se deslocou do lar para a escola, a mulher, como por instinto, também se dirigiu para a escola, onde continua a ser nosso árbitro..." (Azevedo, 1931).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, F. A Formação do professorado e a reforma. *Novos caminhos e novos fins*. São Paulo: Nacional, 1931.
- \_\_\_\_\_. A Socialização da escola. *Boletim de Educação Pública*, v.1, n.2, p.167-84, abr./jun. 1930.
- BOLETIM DE EDUCAÇÃO PÚBLICA. Órgão oficial da Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal. Distrito Federal, v.1, n.1/3, 1930.
- CÓDIGO de Educação. Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública. São Paulo, 21 abr. 1933.
- DISTRITO FEDERAL. Prefeitura. *Programmas da Escola Normal*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do *Jornal do Brasil*, 1929b.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura. *Programmas para os Jardins de Infância e para as Escolas Primárias*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do *Jornal do Brasil*, 1929a.
- ESCOBAR, J. R. Histórico da Instrução Pública Paulista (feito para o Anuário do Ministério da Educação). *Educação*, São Paulo, v.5, dez. 1933.
- ESCOLA Nova. Órgão da Diretoria Geral de Instrução Pública de São Paulo, São Paulo, v.1, n.2/3, nov./dez. 1930.
- GAMA, R. Novas tendências na história da técnica no Brasil. s.d. mimeo
- Haidar, M. L. M. A Instrução popular no Brasil, antes da República. In: BREJON, M. (org.). *Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus*. São Paulo: Pioneiras, 1973.
- HOLANDA, S. B. (dir.). *História da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, t.II, v.3, 1982.
- A INSTRUÇÃO PÚBLICA no Distrito Federal. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Cia, 1927.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez. 1990.
- SILVEIRA, A. B. *História do Instituto de Educação*. Distrito Federal, 1954.